

Actualizado a 09/04/2015, 11:35 São Filipe, 09 Abr (Inforpress) – Algumas famílias deslocadas de Chã das Caldeiras residentes em vários bairros da cidade dizem que estão a ser ameaçadas de despejos por parte dos proprietários das casas devido ao atraso no pagamento das rendas mensais. Um membro de uma família deslocada de Chã das Caldeiras e residente no bairro de III Congresso disse à Inforpress que, constantemente, o proprietário tem reclamado do atraso e ameaça despeja-lo, sublinhando que as outras famílias passam por situações idênticas quase que diariamente devido ao atraso que, em alguns casos, ultrapassam os quatro meses. A nível de São Filipe, estão nesta situação um total de 15 famílias de Chã das Caldeiras, segundo o levantamento feito pelo Conselho local da Cruz Vermelha de Cabo Verde e cujos dados foram encaminhados para a edilidade de São Filipe. Nos Mosteiros, estão a maior parte de famílias em casas arrendadas, num total de 42 famílias, sendo 35 agregadas e sete jovens solteiros que ocupam um apartamento. O vereador Jaime Monteiro Júnior disse à Inforpress que o gasto mensal com a renda é de 341.500 escudos, já que o valor oscila entre os seis mil e 12 mil escudos, mais 147 mil escudos correspondente a um subsídio de 3.500 escudos atribuídos a cada família para as despesas de energia e água. À semelhança de São Filipe, o vereador afirma que nos Mosteiros também regista-se ameaça de despejos por parte dos proprietários e que, inclusive, chegou a registar-se cortes no fornecimento de energia a uma das famílias, mas que foi reposta graças a intervenção da edilidade que solicitou às empresas de água e energia alguma contenção, já que o dinheiro é desbloqueado via Tesouro e demora algum tempo. Jaime Monteiro Júnior disse que, no quadro do compromisso assumido pelos Ministérios do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território (MAHOT) e de Juventude, Emprego e Desenvolvimento de Recursos Humanos (MJEDRH) em suportar as despesas de renda e de subsídio, a edilidade dos Mosteiros celebrou um contrato com o Ministério do Ambiente no valor 5.862 contos, valor correspondente às despesas referente ao ano de 2015 (Janeiro a Dezembro). Com a assinatura do protocolo, o Ministério já desbloqueou 70 por cento (%) desse valor e a Câmara vai iniciar, a partir desta quinta-feira, o pagamento dos três meses de renda em atraso aos proprietários, assim como as despesas de energia e água, prometendo a partir de agora cumprir pontualmente o contrato celebrado com os proprietários das casas. Com relação a Santa Catarina do Fogo onde estão instaladas em casas arrendadas um total de cinco famílias de Chã das Caldeiras, o edil João Aqueleu Amado disse que o Ministério prometeu celebrar o contrato mais que até quarta-feira não tinha recebido nenhuma proposta, já quanto a São Filipe não foi possível o contacto com o edil Luís Pires. As despesas com a renda dessas famílias ronda os 30 mil escudos/mensal e está atrasada desde Janeiro, mas neste momento estão ainda alojadas em tendas na localidade de Achada Furna outras quatro famílias de Chã das Caldeiras e a edilidade está à procura de casas naquela localidade para instalação em melhores condições. Para o edil de Santa Catarina do Fogo, João Aqueleu Barbosa Amado, além do cumprimento no pagamento das mensalidades aos proprietários há outras questões que reclamam solução urgente, nomeadamente a definição do local do novo assentamento urbano. Quanto ao regresso das famílias a Chã das Caldeiras, o edil disse que caberá ao governo tomar as medidas necessárias. Quanto às rendas e outras despesas, este defende que recursos financeiros devam ser alocados ao Gabinete de Desenvolvimento Regional (GDR) da Associação dos Municípios do Fogo e da Brava para realização destas tarefas, indicando que este gabinete deve ser integrado no processo de execução da reconstrução da ilha. JR Inforpress/Fim